CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: PROPOSIÇÕES AO ENSINO EM ADMINISTRAÇÃO

Vitor Hugo Rinaldini Guidotti¹

Wilson da Silva Serejo²

Resumo

Esta reflexão tem por principal intuito relacionar os aportes teóricos da cidadania e dos direitos humanos atribuídos ao Ensino de Administração. Visou-se estabelecer as apropriações conceituais para a prática acadêmica e ressaltar a emergência desses temas para a consolidação de um profissional preocupado com as problemáticas sociais. Para tanto, analisa-se a compreensão da cidadania a partir da perspectiva de Thomas Marshall, trazendo à tona o entrelaçamento de direitos que caracterizaram o cidadão europeu moderno, como os direitos civis, políticos e sociais. De encontro a essa questão, foi estabelecido um diálogo entre os direitos humanos e as perspectivas de ensino acadêmico.

Palavras-chave: Ensino de Administração. Direitos Sociais.

Abstract

This work aims to study the concepts of citizenship and Human Rights in the context of teaching of Business Administration. Thus, we present the importance of these concepts to the academic context and the need for social problems at the university. This article intends to demonstrate how these theories of citizenship are show by Thomas Marshall with the civil, political and social rights, and including all the complexity of the theme. Finally, a dialogue will be done between Human Rights and education conducted in the academic curriculum componente.

Keywords: Teaching of Business Administration. Social Rights.

1 Introdução

A essência social do papel da Universidade pode ser visualizada pelo ensino, pesquisa e extensão, maneiras de esta Instituição dialogar e contribuir com a sociedade sob pretexto de colaborar com as inúmeras necessidades clamadas pela população sem quaisquer relações hierárquicas de ambas as partes. Tal objetivo, visivelmente violado nos dias atuais devido seu uso majoritário com objetivos de apenas preparar sujeitos para o mercado, muitas vezes

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGS/UFGD). Graduado em Administração pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Coordenador/docente do curso de Administração e docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Amambai (FIAMA/UNIESP).

² Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Licenciado em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Coordenador/docente do curso de Pedagogia da Faculdade de Amambai (FIAMA/UNIESP).

ignora seu papel socializador, deixando de dedicar-se a integralização das diversidades a ao caráter crítico que deve ser o posicionamento desta instituição.

Não diferente, percebe-se que os cursos de Administração são arquitetados de tal modo que as reflexões pertinentes às questões sociais são marginalizadas, diminuindo um espaço dialógico que deveria atender esta ansiedade. Ainda que haja disciplinas elencadas nas matrizes curriculares que abordem conteúdos pertinentes à temática, como “Sociologia aplicada à Administração”, aparecendo também poucas vezes em disciplinas que tratam da gestão de pessoas, ao longo da formação o ensino em Administração é estritamente voltada para a aprendizagem da gestão de empresas, sejam públicas ou privadas. Ainda que isso não soe contraditório, o problema que buscamos levantar é justamente a possibilidade da noção de Cidadania e Direitos Humanos obterem espaço na área acadêmica da Administração, conceitos e fundamentos inexoráveis à formação de profissionais comprometidos com o respeito à dignidade humana.

Salienta-se que tal postura não comprometeria os objetivos centrais que os cursos em Administração intentam na formação dos bacharéis. Conforme Gil (2010), a percepção da diversidade ganha interesses mercadológicos na contemporaneidade, visto que isso promove empresas privadas na visão dos *stakeholders*, valorizando a imagem da marca no espaço em que tais organizações atuam:

Apesar de o valor da diversidade vir sendo mais reconhecido no âmbito empresarial, onde ela passou a ser entendida até mesmo como vantagem competitiva, seu valor não é menor em outras instituições sociais, já que contribui para diminuir o preconceito, para aprimorar os relacionamentos interpessoais e para a prática mais efetiva da cidadania. Diferentes estudos, por sua vez, têm mostrado como as escolas e os estudantes também se beneficiam com a diversidade, ampliando as perspectivas dos estudantes, incrementando seu pensamento crítico e fomentando o seu engajamento intelectual (GIL, 2010, p. 49).

Nesse sentido, pensar o ensino em Administração a partir de uma perspectiva humanista³ nos traria contribuições de aprendizagem de interesse social, efetivando o pensamento crítico e formando profissionais que integrarão a sociedade com noções que impediriam, em tese, a reprodução da discriminação, do preconceito e do racismo por quaisquer naturezas. Para isso, lançar mão dos conceitos de Cidadania e dos Direitos Humanos na formação de administradores pode ser uma forma sinérgica promover a inclusão em ambientes organizacionais e ao mesmo tempo angariar a garantia dos direitos dos

³ Para Gil, a perspectiva humanista tem o fundamento substancial de tratar o conceber o ensino como libertador, a partir de reflexões que visem “à transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais de opressão do povo” (2009, p. 25).

cidadãos. Isto posto, este trabalho oferecerá as noções primordiais de ambos os conceitos, percorrendo matizes teóricos, discutindo sua aplicabilidade no ensino em Administração.

2 Metodologia

Este artigo tem por objetivo central analisar e problematizar a pertinência dos aportes teóricos dos conceitos de Cidadania e Direitos Humanos inseridos na área da Administração a partir do ensino acadêmico. Ao almejar essa relação, serão enfatizados alguns elementos que determinam a compreensão dos aportes conceituais e os caminhos utilizados para que esses temas sejam inseridos na matriz curricular dos cursos como, por exemplo, a questão da Sociologia Empresarial que abarca concepções de organização coletiva, direitos humanos, inclusão e responsabilidade social.

Para melhor compreensão, o artigo está dividido em dois itens: a) a ramificação conceitual da Cidadania e os principais aspectos relacionados à sua definição clássica em comparação com as interpretações elencadas ao longo do tempo; e b) uma discussão sobre a complexidade do desenvolvimento dos direitos humanos e as aporias teóricas orquestradas por pensadores consagrados.

3 Cidadania e Direitos Humanos: aportes ao ensino em Administração

Nas últimas décadas, a questão da Cidadania e dos Direitos Humanos são temas cruciais no rol de debates e estudos dinamizados pelas instituições de ensino superior. No entanto, compreende-se que tais temas sejam oriundos de complexos teóricos que merecem ser revisitados e considerados nas matrizes curriculares dos cursos que englobam as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

No terreno da Administração esses temas são importantes por nutrir inúmeras problemáticas que despertam o interesse acadêmico para o aperfeiçoamento da área social, envolvendo a questão da justiça, o combate ao racismo, a inclusão das mulheres, a extinção da violência, a globalização, a cidadania ambiental e ecológica, entre uma infinidade de outras abordagens.

O detalhamento dos direitos civis, políticos e sociais apresentados na Constituição Federal de 1988, até essa data nunca apresentado em outras constituições brasileiras, incidiu diretamente sobre diversos campos da administração pública. Para empreender esta reflexão,

se faz necessário problematizar o conceito de cidadania e desdobramentos que afetam diretamente a prática atribuída aos aspectos interpretativos.

3.1 A concepção de Cidadania

Segundo Allan Johnson, os direitos civis e políticos, principalmente o direito ao voto e o acesso à coletividade, são responsáveis pela identificação de cada indivíduo como membro de um grupo ou de determinado território (JOHNSON, 1997). Em outras palavras, as dimensões civis, políticas e sociais, compõem a constituição de uma prática cidadã, considerada por muitos teóricos como uma “cidadania plena. Desse modo:

A cidadania definida pelos princípios da democracia constitui-se na criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política. (VIEIRA, 2001, p. 35)

A definição de cidadania difere de acordo com os territórios e as culturas em que ela é estabelecida, fator que demonstra os riscos da simplificação de seu entendimento. Assim, para que se compreenda a definição de cidadania de uma sociedade se faz necessário considerar seus desdobramentos históricos, aspectos essenciais para a interpretação das dinâmicas civis, políticas e sociais.

O processo de construção do Estado-Nação é teoricamente fundamentado em leis que regem a dinâmica social e a ordem pública. A construção da cidadania ocorreu de forma bastante peculiar em diferentes países, condicionando-se a momentos históricos e características sociais distintas (MANZINI-CROVE, 1993, p. 47).

Paradoxalmente, a prática cidadã, que pressupõe a unidade e a igualdade dos sujeitos que compõem um determinado território ou grupo, serve como elemento de justificação das desigualdades sociais nas mãos dos que detém o poder político e econômico, defensores do ‘direito’ de possuir uma posição privilegiada na sociedade. Os problemas de interpretação do conceito de cidadania corroboram com as desigualdades sociais, políticas e até mesmo culturais, pois a distorção das leis pode acarretar a exclusão de diversos grupos menos favorecidos. Há que se acrescentar também que a dificuldade de interpretação das leis de um Estado por grande parte da população, muitas vezes descritas em compêndios jurídicos

permeados por terminologias e vocábulos tecnicamente empregados por juristas, contribuem para a ineficácia da prática cidadã.

As interpretações conferidas ao conceito de cidadania causam uma série de distorções de ordem teórica que interferem diretamente na compreensão das relações sociais, tornando a prática cidadã demasiadamente complexa. A concepção de cidadania abrange outras vertentes que são centrais para o seu entendimento como a democracia, a conscientização política, a nacionalidade, a ética, a responsabilidade social e os princípios de igualdade e liberdade.

Teoricamente, junto à prática cidadã há todo um processo que visa a participação e inclusão de indivíduos e grupos no sentido de definir identidades sociais específicas, questão extremamente conflituosa dada à problemática da pluralidade cultural que promove novos contornos ao conceito de cidadania, se desdobrando além da mera homogeneização entre os pares, envolvendo determinações socioeconômicas e de caráter identitário.

A categoria ‘nação’ foi historicamente utilizada para justificar características de homogeneização, unificação, criação de simbologias que consubstanciassem o aparato nacional. A nacionalidade pode ser definida por traços econômicos, sociais, étnicos, religiosos, linguísticos, manifestando-se em função das semelhanças que estabeleçam laços relacionais próprios de um povo. Os costumes e as práticas em comum de determinado grupo ou território tornam-se os fios condutores da vida social, podendo conferir um novo sentido para a questão da cidadania. A partir desse princípio norteador, as relações se estabelecem em consonância com os valores e as leis impostas pelo Estado. Nesse caso, a noção de cidadania é a de unir e criar as teias de relações de igualdade entre elementos formadores da nação.

O termo cidadania foi utilizado inicialmente pelos gregos e os romanos, povos da Antiguidade Ocidental. Na Grécia, seus princípios estiveram diretamente relacionados à vida pública e ao social-coletivo, relações que surgiram com a criação das cidades (*pólis*), locais onde foram difundidas amplas concepções de cunho essencialmente político. Cabe frisar, no entanto, que o status de cidadania era algo restrito, inalcançável a alguns segmentos sociais. No interior da *pólis*, a cidadania nem sempre foi amparada por princípios democráticos, considerando que “a democracia grega era restrita, pois, incluía apenas os homens livres, deixando de fora mulheres, crianças e escravos.” (MANZINI-CROVE, 1993, p. 16-17)

Esse conjunto de regras preconizado pelos gregos foi legitimado pelos dirigentes políticos da *pólis*, isto é, tais normas foram cunhadas com a intenção de operacionalizar a vida pública, as relações políticas, jurídicas e administrativas, em que os princípios democráticos deveriam imperar em função das necessidades individuais e coletivas. Os direitos e deveres

do cidadão inseridos nesse quadro teriam de ser amplamente respeitados, posto que “obter a condição de cidadão era sinal de prestígio e manutenção de status social”. (MARSHALL, 1967, p. 52)

Com o decorrer dos séculos a forma de pensar a cidadania transformou-se em função das mudanças ocorridas na sociedade, principalmente com a nova ordem política e social e religiosa que se estabeleceu no Ocidente a partir da Idade Média. Nesse período, o espaço que a cidadania possuía na *pólis* grega foi amplamente reduzido, as relações deixaram de ter caráter público para se estabelecerem em nível privado, como no caso dos feudos.

As mudanças sociais ocorridas com o medievalismo fizeram com que o homem (cidadão) não atribuísse valor para sua vida terrena e reservasse parte dela a se dedicar à religiosidade no intuito de colher os frutos que os dogmas reservavam. A sociedade medieval exercia, fundamentalmente, uma “cidadania” voltada para os preceitos cristãos, visando galgar as promessas divinas baseadas nas escrituras, o que permitiu a continuidade de uma hierarquia social amplamente consolidada pela Igreja.

Devido a complexidade da compreensão conceitual da cidadania e suas especificidades, o termo foi tradicionalmente definido pelo sociólogo Thomas Marshall na obra *Cidadania, classe social e status* a partir de três dimensões: a) A dimensão civil: atribuída à individualidade do sujeito em seu meio social, o direito de ir e vir; b) A dimensão política: caracteriza-se pelas decisões tomadas em um dado território e a livre participação política, ativa ou não, como formação de partidos; e, finalmente, c) A dimensão social: que congrega todos os elementos que regem a participação coletiva na sociedade e, principalmente, o direito de acesso aos bens públicos.

As categorias mencionadas ramificam a cidadania em elementos considerados indispensáveis para a vida dos sujeitos em sociedade. Cabe afirmar que o princípio elementar da cidadania seria a participação social plena. Entretanto, ao se basear nos estudos de Thomas Marshall, entende-se que a cidadania é um “status” prestado aos membros de uma determinada sociedade a partir do momento que os indivíduos desfrutam de forma integral dos bens e privilégios concedidos pela vida em conjunto. (MARSHALL, 1967, p. 73) .

Entende-se que o conceito de cidadania analisado por Marshall recebe a definição de status por ser interpretado como um mecanismo de distinção entre aqueles que participam efetivamente da vida pública em detrimento daqueles que estão à margem do contexto participativo. A prática cidadã se concretiza a partir do momento que o indivíduo social percebe-se inserido em uma democracia que o permite transitar, opinar e transformar. Em

contrapartida, a noção de cidadania não assegura que o padrão de desigualdade social seja alterado.

Os privilégios que outrora eram assegurados para pequena parcela da sociedade (França, Inglaterra, Estados Unidos), a partir da elaboração das Constituições que passaram a reger o Estado Moderno, tiveram suas bases ampliadas pela força da lei atingindo um maior número de pessoas. Teoricamente, a partir das releituras da concepção de cidadania, aqueles que estavam enquadrados à margem social puderam clamar por seus direitos e por um lugar na tomada de decisões, reivindicando participação social ativa. Diante das determinações legais vinculadas pela elaboração dos compêndios jurídicos, cada país teve particularidades no momento de construção da cidadania de seus integrantes, isso se deve a realidade política e ideológica perpetrada por cada nação. (DALLARI, 1981, p. 76)

Ao aprofundar essas questões e considerar que cada território possui sua própria forma de conceber a prática cidadã, Thomas Marshall analisou como se deu o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra a partir do século XVIII. Como o conceito se desdobra a partir de elementos civis, políticos e sociais, Marshall afirmou que no caso inglês houve uma evolução progressiva de cada elemento em detrimento de outro.

Na análise efetuada pelo sociólogo, é possível observar que primeiramente surgiu a concepção de direitos civis baseada nas noções de liberdade e igualdade perante os cidadãos. Após sua efetivação, vieram à tona os direitos políticos que promoveram a inclusão das massas nos processos de decisão e representação estatal. Por fim, calcadas nas políticas públicas de participação social, emergiram as manifestações que geraram uma ampliação dos direitos sociais. Com base nessas referências pode-se compreender a complexidade que o conceito determina. Para Marshall, apenas o entrelaçamento desses direitos (civis, políticos e sociais) resultaria na prática da cidadania plena.

Já no Brasil, a realidade foi muito diferente. A partir de análises empreendidas por José Murilo de Carvalho, observa-se que o desenvolvimento da cidadania a partir da realidade brasileira deu-se de outra maneira. Para o autor, os direitos sociais tomaram a dianteira em detrimento dos direitos políticos e civis. Sendo assim, Carvalho afirma que houve uma inversão da pirâmide conceitual estipulada por Thomas Marshall, o que afetou grandemente o formato da cidadania construída no país. Na concepção de Carvalho:

(...) houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa

lógica afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês, ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa. (CARVALHO, 2005, p. 11)

Diante do exposto, percebe-se que a construção da cidadania brasileira teve especificidades relacionadas ao modo como o conceito foi empregado pela população e interpretado pelas esferas do poder governamental. Nesse caso, a questão central da cidadania é inerente ao tipo de nação que foi pensada para o Brasil. As simbologias criadas para alicerçar a nacionalidade com vistas a unificar o território e criar uma identidade estão diretamente vinculadas aos determinismos interpretativos do conceito de cidadania, que no Brasil foram nítidas na passagem do século XIX para o XX.

Em suma, o conceito elaborado por Thomas Marshall não se aplica ao caso brasileiro e seus desdobramentos históricos específicos. Não houve uma linearidade de direitos como aos elementos formadores da cidadania britânica, pelo contrário, a inversão protagonizada pelo Brasil fez com que a ideia de cidadania fosse composta de trás para frente, considerando que os direitos civis não tiveram tempo para ser reivindicados e os direitos sociais foram prematuramente destinados à população em detrimento dos direitos políticos que ficaram escamoteados.

Ao verificar como o conceito de cidadania fora dimensionado para a realidade brasileira, alguns aspectos referentes à construção de identidades vêm à tona enquanto características que moldaram a nação e, necessariamente, constituíram o sujeito histórico brasileiro em meio à pluralidade cultural. A diversidade existente no país constituiu um empecilho para se formatar uma nação aos moldes europeus e, nesse caso, era preciso criar significados que tentassem homogeneizar os diferentes grupos culturais que conviviam no território.

3.2 Direitos Humanos e possibilidades do ensino em Administração

Neste sub-tópico exporemos considerações sobre os direitos humanos, enfocando seus aspectos conceituais, princípios norteadores, documentos internacionais e nacionais e a crise contemporânea da noção de direitos humanos – todos esses aspectos abordados resumidamente nesse momento –, relacionando com a discussão acadêmica quanto à efetivação de uma educação ‘em’ e ‘para’ o respeito à dignidade e valorização humana, inferindo hipóteses quanto às possibilidades do ensino em Administração.

Quanto à fundamentação dos direitos humanos, Lunardi (2011) sustenta a hipótese de que Immanuel Kant, filósofo alemão que dedicou seus estudos à Ética, nos dá uma explicação⁴ a partir de seu texto intitulado *Crítica da Razão Prática* (KANT, 2004), isto porque “a ‘ideia de razão prática kantiana’ é fundamental para as tentativas contemporâneas de legitimação dos direitos humanos” (LUNARDI, 2011, p. 203). Lunardi explora o conceito do filósofo e demonstra que o homem detém autonomia para decisões morais, diferentemente de outras espécies, ainda que façamos parte da natureza, temos a condição de julgá-la a partir da racionalidade, que “em um sentido kantiano, significa que está presente uma força normativa segundo a qual o relevante na ação do agente não é como ele ‘quer’ agir, mas como ele ‘deve’ racionalmente agir” (2011, p. 205). Isso indica que devemos refletir a respeito da relação que se deve estabelecer entre pessoas de uma sociedade com de outras sociedades, de acordo com multiplicidade de culturas e formas de vida distintas, pensando os direitos humanos, pelo respeito e compreensão de que as formas de pensamento e vida são igualmente válidas e possíveis.

Ainda de acordo com o filósofo alemão, as apreciações morais, que distinguem entre o correto e o incorreto, o legítimo e o ilegítimo, o justo e o injusto, não constituem meras expressões dos sentimentos familiares de aprovação e reprovação, agrado e desgosto, aversão e simpatia, e assim por diante. Existe, segundo Kant, um princípio filosófico moral, objetivamente válido e universalmente vinculante, acessível ao conhecimento humano, que estabelece uma linha divisória inalterável entre o moralmente permissível e o moralmente condenável. Tal princípio oferece critérios à luz dos quais a qualidade moral (e também jurídica) das ações humanas pode ser julgada (LUNARDI, 2011, p. 205).

Tal forma de conceber os direitos humanos a partir do pensamento kantiano admite que a liberdade dos indivíduos deva coexistir, sem que haja priorização de direitos de qualquer grupo em detrimento de outro, assumindo a “lei universal do direito” (LUNARDI, 2011, p. 206), elaborada por Kant:

Só é moralmente legítimo (justo) o direito (a lei) que garante a cada cidadão uma liberdade da ação compatível com a dos outros. Pode-se dizer que a “lei universal do direito” é o imperativo categórico da vida social. A liberdade é, segundo Kant, o supremo direito humano, fundador de todos os outros. Existe somente um direito inato, que precede toda a legislação positiva e que serve de critério de legitimidade: a liberdade compatibilizada com a liberdade dos outros (LUNARDI, 2011, p. 206).

As reflexões acadêmicas quanto à atuação profissional considerando as diversidades podem ser complementadas a partir da máxima kantiana, visto que o ensino em

⁴ Salienta-se que o próprio autor deixa claro que há outras maneiras de se pensar os fundamentos dos direitos humanos para além da filosofia elaborada por Immanuel Kant.

Administração trabalha com os conceitos de organização, direção, planejamento e controle, a função do Administrador pode ser engajada como social, seja na esfera privada, em que as ações administrativas devem considerar as pessoas envolvidas, até no plano da Administração Pública, englobando todos os interesses coletivos de uma população. Ao incluir na formação em Administração a noção de Kant, e, portanto, uma maneira de refletir os princípios filosóficos dos direitos humanos, a possibilidade de concretizar um impulso à luta pela dignidade humana ganha espaço notório nas futuras gerências das organizações que compõem a sociedade.

Podemos trazer também a contribuição de Lohmann (2013) a respeito das definições teóricas dos direitos humanos elaboradas por Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão que dedica parte de seus estudos sobre a esfera pública. Habermas entra em dissenso com Kant, na medida em que não considera viável pensar os direitos humanos puramente como morais, defendendo que esses direitos devem ser reconhecidos juridicamente, a partir das leis e decretos estatais, pois só assim seu respeito e efetivação serão consagrados. O pensamento de Habermas traz problemas que por motivos práticos não trataremos com mais tempo neste momento como, por exemplo, a dificuldade em se pensar a partir dele a universalização dos direitos humanos. Todavia, ressalta-se que sua construção teórica faz jus ao entendimento de que, quando os direitos humanos são entendidos de forma jurídica, constitucional ou a partir de acordos políticos entre Estados e entre poder estatal e a população, para além de uma compreensão metafísica, pode-se mais eficazmente introduzir o respeito à dignidade humana nas esferas sociais (LOHMANN, 2013).

Não desconsiderando as proposições filosóficas de Kant e as considerações fundamentadas por Habermas, a ideia de promover as liberdades individuais sem que outras liberdades sejam violadas a partir de dispositivos jurídicos ganha especificações de ação prática a partir das gerações de direitos humanos. A primeira geração trata dos direitos individuais, aqueles em que ninguém possui o direito de negar, a exemplo, a livre manifestação do pensamento. Para que isso ocorra, os indivíduos precisam de condições possíveis de concretização dos direitos de primeira geração, portanto, os direitos de segunda geração elaborados, visam garantias sociais que atendam as necessidades coletivas da população, no sentido de proporcionar condições materiais que atendam as necessidades humanas de maneira digna. Há ainda a terceira geração de direitos, que busca salvaguardar os direitos da primeira e de segunda geração, no esforço de refletir as formas de exploração do meio-ambiente, sem que os recursos tornem-se escassos para gerações futuras e que sua

utilização não comprometa o convívio harmônico entre os povos, isto é, podemos pensar quais as consequências catastróficas, por exemplo, da falta de água potável ou de recursos naturais, como o petróleo, num panorama concorrencial imposto pelo sistema neoliberal. Na discussão contemporânea sobre direitos humanos outras gerações de direitos são possíveis para além das três gerações, integrando dilemas políticos, culturais e sociais tratados hoje, como a bioética, que seriam os direitos da quarta geração e a tecnologia, defendidos como direitos de quinta geração (MARQUES, 2007).

Vistas as primeiras considerações epistêmicas, podemos pensar em direitos humanos a partir dos documentos que pretendem garantir a dignidade da pessoa humana, afirmados entre Estados-Membros e os documentos organizados por cada país. Tais acordos nacionais e internacionais não surgiram espontaneamente em determinada data da história, mas sim por longos períodos de lutas contra qualquer espécie de violação à humanidade, principalmente pelos grupos que sofriam com o racismo, preconceito e discriminação. Hoje, temos como base a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento este assinado em 1948 por Estados-Membros que deve ser o texto norteador das constituições federais, sobretudo pela primeira frase contida em seu artigo primeiro, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948, p. 2), esta frase corresponde à essência, aquilo que deve ser o valor substancial da conduta entre Estados e a relação com a população, sem distinção alguma.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 segue as diretrizes da Declaração Universal dos Direitos Humanos como sustentáculo para definição dos direitos do cidadão, aspecto este que colabora para atribuir o *status* de “Constituição Cidadã” ao documento. Ainda que os direitos ali estabelecidos não estejam empiricamente garantidos no país, sua busca é notória, mesmo havendo barreiras políticas, econômicas e sociais que defendem propositalmente ou não, formas de discriminação. Um exemplo da busca pela garantia desses direitos é a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos (atual PNDH-3), formulado pelo poder público brasileiro com intento de promover a “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos” (BRASIL, 2010, p. 16) a partir de seis eixos orientadores que abarcam os aspectos sociais em que deve ser efetivada a permanência do respeito aos direitos humanos.

Este documento – PNDH-3 – e a Declaração Universal dos Direitos Humanos são munidos de noções que interessam também as regulamentações internas elaboradas pelos setores públicos e privados, o que pode ser trabalhado na formação acadêmica, visto que o interesse coletivo em garantir os direitos humanos deve ser incluído também nas

normatizações empresariais e das instituições públicas. Daí a necessidade de correlacionar esses documentos oficiais com as práticas e funções gerenciais dos futuros administradores, o que pode ser um ganho no ambiente interno, com o respeito a todos os colaboradores independente de suas formas de vida e características raciais, étnicas, de gênero e religiosas, sendo também uma contribuição ao ambiente externo, principalmente quando organizações adotam a perspectiva dos direitos humanos na sua missão, visão e valores e são tidas como exemplares no processo de *benchmarking*.

Visando também a explanação de uma perspectiva crítica dos direitos humanos, podemos incluir em nossa reflexão os dizeres de Boaventura de Sousa Santos (2013), onde ele mostra como o discurso dos direitos humanos trata a população mundial como objeto e não como sujeito desses direitos, visto que há uma linguagem hegemônica dos direitos humanos utilizada hoje em dia, baseada numa concepção ocidental, que muitas vezes não inclui ansiedades que deveriam ser também preocupações do discurso oficial, dividindo o mundo entre metrópoles e colônias, a partir de um pensamento abissal:

Ora enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá da linha abissal, nas sociedades metropolitanas. Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro). O direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm sido usados como garantes dessa continuidade (SOUSA SANTOS, 2013, p. 44).

Sousa Santos tenta nos convencer que os aspectos teóricos, históricos e políticos dos direitos humanos estão em crise na atual conjuntura global, visto que “desde então até aos nossos dias, os direitos humanos foram usados, como discurso e como arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios” (2013, p. 47), promovendo muitas vezes a própria discriminação no intento de combatê-la, o que hoje ainda é permanente essa ocorrência, tanto no nível global quanto no local. Uma justificativa plausível que o autor levanta é que “a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo” (SOUSA SANTOS, 2013, 54), isto é, Boaventura afirma que uma possível resposta à crise da concepção dos direitos humanos se dá pelo não reconhecimento de outras formas de se pensar esses direitos, na medida em que o que está posto como universal é prioritariamente uma proposta ocidentalizada. A crítica à concepção hegemônica dos direitos humanos deve ser feita a partir da elaboração de uma concepção contra-hegemônica, começando, segundo

Sousa Santos “por uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos tal como são convencionalmente entendidos e defendidos, isto é, em relação às concepções dos direitos humanos mais diretamente vinculadas à sua matriz liberal e ocidental” (2013, p. 43).

Isso significa que se a noção de direitos humanos for integrada ao ensino de Administração, seus estudos não devem ser planejados apenas a partir dos documentos oficiais ou de uma única corrente teórica, além disso, também pode significar que a ideia de garantia dos direitos humanos na atuação profissional deve ser constantemente posta em análise. Por exemplo, será que hoje em dia a manifestação individual dos colaboradores é garantida no meio profissional? As realizações de combate à violência contra o meio-ambiente, divulgadas por meio de propaganda pelas empresas, realmente estão cumprindo tais objetivos? As formas de competição não podem criar um panorama de discriminação e desrespeito aos atores envolvidos no processo, tudo por busca ao crescimento da organização? A atual conjuntura neoliberal, em que as empresas se situam, não está priorizando certos valores em detrimento ao respeito à dignidade humana? O ideal de progresso e desenvolvimento não está ignorando outras formas de conceber a vida e certos espaços territoriais? Essas interrogações, se problematizadas no ensino em Administração, a nosso ver, podem possibilitar debates interessantes para a formação dos profissionais.

No intento de refletir os direitos humanos e sua relação com o ensino em Administração, estaremos indo de acordo com as estipulações do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) para o ensino superior, que coloca a universidade como instituição protetora de direitos, comprometida com a disseminação do saber por ela produzida a todos os grupos sociais, inclusive os que estão em situação de exclusão, fortalecendo a democracia e viabilizando, à sua maneira, formas de participação política (BRASIL, 2007). Citamos aqui as experiências da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que de acordo com Faisting (2010), inclui ações diretamente relacionadas com a emancipação dos direitos humanos, como o oferecimento da Especialização em Direitos Humanos, os cursos de Licenciatura Indígena e o curso de Licenciatura em Ciências Sociais direcionado para moradores de assentamentos rurais, e, por último – e possível de ser incorporada nos cursos de Administração – uma ação vinculada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), no propósito de definir uma área de formação comum a todos os discentes dos cursos oferecidos pela UFGD, a partir de eixos temáticos em que as noções de Cidadania e Direitos Humanos são colocadas em evidência. Esta última experiência nos levanta possibilidades de inclusão da temática não

apenas no ensino em Administração, mas como a própria ação nos mostra, a inclusão desses conceitos em todas as áreas do saber acadêmico.

Garantindo o espaço dos direitos humanos na formação em Administração, concluímos que seria uma forma de elaborar uma matriz curricular em que temas inerentes ao respeito à diversidade, combate a todas as formas de discriminação e a promoção da harmonia em convívio coletivo, considerando o “diferente”, seriam ganhos que transcenderiam o espaço universitário, sendo refletido nas formas de gerenciar as organizações de maneira democrática e “humana”.

4 Conclusão

Se os cursos de Administração pautam-se apenas pela realidade do mercado e as necessidades das organizações manterem-se competitivas a todo custo, é possível incluímos essa ciência ensinada nas universidades na crítica feita por Vaidergorn (2010), onde se evidencia que atualmente o ensino superior mais desenvolve a alienação valorizando o conhecimento técnico e o interesse mercantil, não promovendo mais seus objetivos principais, que seria a reflexão crítica e o desenvolvimento do conhecimento científico para aproveitamento de toda a sociedade.

Nas últimas décadas do século XX, a pluralidade cultural, os movimentos sociais, a globalização, enfim, o surgimento de uma série de elementos que determinam e relativizam a questão da cidadania favoreceram uma nova concepção de prática social. Cabe ao universo acadêmico descortinar as imposições que permeiam o arranjo das coletividades e a inacessibilidade de alguns segmentos aos bens públicos e à cidadania plena estipulada pela teoria de Marshall.

É nesse sentido que apreciamos a Cidadania e os Direitos Humanos como temáticas rigorosamente irreduzíveis ao ensino em Administração. Mesmo com as preocupações prioritárias que essa ciência se dedica na formação superior, as discussões quanto à atuação política, respeito à diversidade e promoção da tolerância necessitam pertencer ao âmago da função do Administrador, promovendo organizações valorizadoras da multiculturalidade e das inúmeras formas de vida concebíveis e existentes no mundo globalizado, evitando discriminações de qualquer natureza, que mesmo proporcionando contradições em relação aos interesses empresariais, nunca devem ser postas em planos secundários que promovam a exclusão, afinal o respeito à dignidade humana deve superar todo e qualquer objetivo

mercadológico.

Referências

- BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.
- _____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República SDR/PR, 2010.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- DALLARI, D. de A.. **O que são direitos das pessoas?** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAISTING, A. L.. Entre o global e o local: breve reflexão sobre os desafios da educação *em e para* os direitos humanos. **Videre**, v.02, n.03, pp. 83-100, 2011.
- GIL, A. C.. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2009.
- _____. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2010.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**. Guia prático de linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- KANT, I. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Brasil Editora S. A., 2004.
- LOHMANN, G. As definições teóricas de Direitos Humanos de Jürgen Habermas – O princípio legal e as correções morais. **Trans/Form/Ação**, v. 36, p. 87-102, 2013.
- LUNARDI, G. M. A fundamentação moral dos direitos humanos. **Revista Katálysis**. v.14, n.2, pp.201-209, 2011.
- MANZINI-CROVE, M. de L.. **O que é cidadania?** São Paulo – 2ª edição, 1993.
- MARQUES, L. E. R. **Gerações de direitos: fragmentos de uma construção dos direitos humanos**. 2007. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**, 1948. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em 12 ago. 2014.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. Bassanezi. (org.) **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA SANTOS, B. Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. In: CHAUI, M; SOUSA SANTOS, B. **Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

VAIDERGORN, J. Cidadania e direitos humanos na formação universitária. **Cadernos CEDES**. v. 30, n. 81, pp. 253-256, 2010.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**: A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.